

AÇORIANOS NO SUL DO BRASIL

Representações literárias de uma promessa vã*

por
Cláudio Pereira Elmir**

A cada milha que navegamos, algo vai ficando de mim no rastro de espuma. E os pedaços são comidos avidamente pelas gaivotas, que não sabem sofrer e nem a razão porque são felizes.

Curiosamente olho o povo que nos olha da praia
(L.A. de A. B).

Resumo:

A proposta deste artigo é realizar uma breve introdução à obra *Um quarto de légua em quadro*, romance de estréia de Luiz Antônio de Assis Brasil, publicado pela editora Movimento de Porto Alegre em meados dos anos 1970. Situada entre 1752 e 1753, no sul do Brasil, a narrativa está centrada nas circunstâncias da vinda dos primeiros açorianos para a porção mais meridional da colônia portuguesa na América. O texto do romance reproduz nas personagens

* Este artigo é um primeiro resultado parcial de pesquisa que estou realizando sobre a temática. Sou muito grato à Beatriz Vasconcelos Franzen e Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos pelo incentivo que me deram para empreender esta investigação.

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil). Endereço eletrônico: elmir@unisinos.br

e suas vivências a condição da diáspora experimentada pelos ilhéus no sul do Brasil. Emerge desta narrativa um refinado conceito de identidade que guarda pouca relação com uma suposta condição substancial de “açoriano”, revelando, desta forma, inúmeras outras identificações com o “lugar de origem”, além das diversas oposições a seus vários outros.

Palavras-chave:

açorianos – identidade étnica - diáspora

Ao realizar a pesquisa para minha tese de doutorado, defendida em janeiro de 2003, trabalhei exaustivamente com o romance *Cães da Província*, publicado em 1987 (hoje, em 9ª edição, 2003), por Luiz Antônio de Assis Brasil. Nesta narrativa de um escritor maduro encontrei uma das melhores descrições da Porto Alegre de meados dos oitocentos, a (re)construção de uma personagem fascinante, Qorpo Santo, e as histórias envolvendo os famosos “crimes da Rua do Arvoredo”, além, evidentemente, dos desencontros do casal Eusébio e Lucrecia, núcleo mais densamente ficcional de toda a história.

Nesta pesquisa, recém concluída e publicada (v. ELMIR, 2004a), meu interesse fundamental eram os “crimes da Rua do Arvoredo”, ocorridos em Porto Alegre em 1863-4. Mais especificamente, o percurso através do qual houve um longo processo de reconfiguração de sua história, nas múltiplas narrativas produzidas num período de 140 anos. Neste processo, de a cada vez trazer a história de volta sem que ela fosse a mesma, a ficcionalização tornou-se uma invariável. Pude descobrir, nesta tarefa, entre outras coisas, que algumas vezes os historiadores são capazes de inventar histórias, tanto quanto os escritores de ficção, e de que, na falta de argumentos dos primeiros (os historiadores), os escritores podem prover matéria para o incitamento à imaginação daqueles.

Descobri nesta investigação, muito especialmente, que a mentira pode não ser o pior dos males na tarefa de um historiador, quando este é capaz de erigir um sentido bastante elástico do caráter de seu trabalho, do ponto de visto ético. Com isto, a máxima segundo a qual “Historiadores não são dados a mentiras”, enunciada pelo narrador do mais recente

romance de Assis Brasil (ASSIS BRASIL, 2003, p.24), pode ser, simplesmente, uma irônica provocação.

Ora, se nosso dever indeclinável pela verdade sofre, por vezes, revezes inusitados daqueles que se inscrevem deliberadamente no campo da historiografia, quando estes renunciam às prescrições do melhor método crítico de suas fontes, como avaliar, de outra parte, a incursão literária no canteiro da História? Dizendo de outra forma, o que pensar quando o escritor de ficção toma para matéria de sua atividade imaginativa o argumento que alimenta a necessidade que o historiador tem de contar o que efetivamente aconteceu? É possível chegar àquilo que um dia foi através de uma representação de natureza declaradamente ficcional? Será que estas perguntas fazem sentido, para além de uma postura positivista de “depurar” a história dos resíduos incômodos que inviabilizam a translucidez dos fatos? Talvez fosse necessário, agora, esclarecer melhor o “histórico” que tem lugar na literatura, sua validade epistemológica, sua capacidade de dizer o mundo que foi, embora possível e não necessário.

Para tanto, vamos falar é de outro texto de Assis Brasil, razão da intervenção que faço aqui. Trata-se de seu romance de estréia, publicado há quase 30 anos, e intitulado *Um quarto de légua em quadro* (1976). Com a recentíssima edição portuguesa do livro (Direcção Regional das Comunidades / Editora Movimento; fevereiro de 2005), nossos patrícios hoje já podem verificar em língua pátria as qualidades desta obra singular. Diferentemente das comemorações protocolares de muitos casamentos longevos pela inércia, a boda destes 30 anos deverá ser, com justiça, celebrada. Não apenas, numa visão retrospectiva, pela regular e profícua produção que lhe sucedeu, mas pelos méritos intrínsecos de um bom início. Neste sentido, chama a atenção que, na ocasião da estréia, a crítica da Província à sua obra tenha sido mais cautelosa em elogios (cf. HOHLFELDT, 1997) que aquela produzida no maior centro intelectual do país por um crítico extremamente judicioso (v. BOSI, 1993, p.483).

O fato de o livro encontrar-se hoje em 6ª. edição (1997) é um dos sinais da boa recepção da obra entre os leitores, não obstante alimentada, em alguma medida, pela produção ulterior de Assis Brasil. Além disto, a adaptação do livro para um longa-metragem de ficção (*Diário de um novo*

undo, dirigido por Paulo Nascimento), filmado no primeiro semestre de 2004 numa co-produção da Argentina, Brasil, Portugal e Uruguai (v. ZERO HORA, 14/05/2003, 2. cad., p.7 e ZERO HORA, 28/05/2003, 2.cad., p.3), contribuirá, talvez, para nutrir o interesse de um público mais amplo pela temática açoriana e, mais particularmente, pelo romance de Assis Brasil, tendo em vista o lançamento comercial do filme em setembro de 2005. Não sem controvérsia (v. MELLO, 2005a e 2005b), a referida produção cinematográfica levou dois prêmios no 33. Festival de Gramado – Cinema Brasileiro e Latino, um como melhor filme pelo Júri Popular, e outro na categoria de melhor roteiro (assinado por Pedro Zimmermann). Mas a película não será objeto de nossa análise neste curto texto.

* * *

Um quarto de légua em quadro. Um título para ser decifrado pelos neófitos da açorianidade. Uma promessa velada para os iniciados nas dores dos primeiros ilhéus. Para além do título, uma história em busca de leitores. Porque pleno de história, o romance enseja um leitor-investigador. Não sei se é pelo cacoete do ofício – que dirige o ponto de vista –, mas a impressão que se tem, especialmente quando se conhece pouco da história da colonização do Rio Grande do Sul nos primeiros tempos, é que o texto exige ser estudado. Existe uma demanda renovada, a cada página no avanço da leitura, de decifrar os nomes dos lugares e das pessoas, as circunstâncias, o movimento infinitesimal da história que se refaz a cada dado novo trazido à superfície da narrativa. Neste caso, o detalhe não é apenas um detalhe. Não se trata tão somente de uma estratégia do bom ficcionista de enredar o leitor na seqüência de seu raciocínio – desdobrado quase ao infinito – pela simples causa de sua captura. As frentes abertas pela narrativa, uma hora precisam ser fechadas. As interpolações (os sonhos, as alucinações, o que quer que seja, e eles estão aí), assim como se imiscuem no fluxo da história, devem desaparecer. Há que saber desenredar também, como nos ensina Aristóteles na sua *Poética* (Capítulo XVIII). Os detalhes são necessários. A fotografia das espumas das ondas diz-nos que elas existem, que seu desfazimento não afirma sua precariedade, mas, ao contrário, uma presença efêmera plenamente pungente.

O sentido do todo, se ele for necessário, há de vir ao final, e o final não está sequer no texto. O final se desprende do texto para con-

figurar-se no sentido atribuído ao longo da leitura. Por menos que os autores possam se dizer preocupados com seus leitores (imaginários ou empíricos), são eles que dignificam a obra. Daí a dizer-se, seguindo Umberto Eco, que toda obra é aberta. O texto exige ser estudado porque os referentes externos a ele (as marcas de historicidade dos tempos e espaços da narrativa) proliferam-se. O texto exige ser estudado, também, porque se reconhece na leitura menos ligeira um percurso intelectual que engendrou estas marcas de historicidade e que se encontram, originariamente, fora da narrativa; não apenas no “mundo possível” da história mas, também, no “mundo necessário” dos fatos aos quais ela remete o leitor mais atento.

A narrativa de *Um quarto de légua em quadro* é um convite ao (re)conhecimento dos lugares de uma presença-ausência difusa que talvez possamos denominar de açorianidade. Vilas-cidades, portos, fortes-presídios, casarios, marcos territoriais multiplicam-se no texto, ao mesmo tempo trazendo-nos para dentro do “mundo possível” da ficção bem urdida e nos expulsando para fora dela, em direção ao “mundo necessário” das obras visíveis de uma experiência histórica inquestionável.

Este talvez não seja um romance de grandes personagens. A construção delas submete-se, na narrativa, a outras centralidades mais importantes. Se a prosa se traveste de diário, o Diário do Doutor Gaspar de Fróis, escrito entre 2 de janeiro de 1752 e 20 de junho de 1753, a conformação da personagem do médico sujeita-se ao argumento da história ou, melhor, ao tom assumido pelo enredo que o desenvolve; o tom melancólico e fúnebre reconhecido ao final pelo narrador (ASSIS BRASIL, 1997, p.189). Aliás, parece ter faltado ao Doutor o conhecimento da história que decorre do começo difícil, e que não escapa ao juízo do narrador, haja vista suas palavras menos pessimistas do desfecho.

Ao contrário, a última reflexão do doutor Gaspar de Fróis, a que encerra o terceiro e último caderno do Diário, estabelece a percepção do presente como ruína/queda, embora sem cair na tentação de glorificar o passado. Aqui, o lugar do primeiro embarque (passado) não se configura superior aos lugares de desembarque (presente). As memórias do presente do médico não apontam as Ilhas distantes da partida como antídoto à experiência desordenada das diversas tentativas de chegar a um bom porto. Por vezes, fica-se com a nítida sensação de que, ao fim e ao cabo,

não existem chegadas, só partidas. Mais do que isto, a impressão é de que os lugares foram todos perdidos, irremediavelmente. “Parece que se está no Limbo: nem no céu nem no inferno. Aguarda-se (...)” (ASSIS BRASIL, 1997, 181). E, neste sentido, novamente, o título do romance é significativo. Ele oferece a chave da presença-ausência que dirige a narrativa: um quarto de légua em quadro, a terra prometida, o não-lugar da chegada impossível.

Com isto, podemos perguntar: de que trata o romance? Qual o móvel de sua narrativa? A colonização açoriana da porção mais meridional do território luso na América? Não. Esta é uma projeção não cumprida no texto de Assis Brasil. *Um quarto de légua em quadro* diz da impossibilidade da consumação deste desejo. Pelo menos, no curto tempo abarcado pela narrativa. O pedaço de terra prometido está sempre na próxima parada. O espaço, assim, resulta suspenso; homens, mulheres e crianças estão sempre em marcha, o destino é incerto, e as autoridades que representam o Império na Colônia não são os interlocutores da miséria humana.

Por outro lado, o mediador destes dois mundos, o doutor Gaspar de Fróis, é um sujeito sem força, um homem atormentado pelas desditas de sua vida privada, saudosos da esposa perdida, sucumbido aos encantos de uma mulher casada, a quem uma gravidez mal havida gerou um filho nascido morto. Um médico incapaz de salvar, porque incapaz de salvar-se.

Na *Notícia do Editor* que encerra a narrativa, diz-se: “Nunca mais foy visto, seja em Viamam, seja no Morro de Santana, seja em Rio Grande, seja nas Ilhas. O Frey Faustino Antonio de Sancto Alberto, junto com o vigário da Villa & dos maiorais da Zona deram busca pelos Mattos & Campos dos arredores, nada conseguindo. Alguém o vio sair da Caza Canônica, tarde da noute, enfiado em seu capote, com a cabeça entre as mãos, como se estivesse chorando” (ASSIS BRASIL, 1997, p.189). O médico é, portanto, um mediador precário, assim como minguada é a vida daquelas famílias a quem nutria sua compaixão. Naqueles primeiros tempos, alguns morreram de doenças, outros se mataram, mais alguns enlouqueceram, beberam muito, deprimiram-se; mas todos, de um jeito ou de outro, desistiram.

A certa altura, o narrador diz: “(...) abandonam tudo. Abandonam, não se despedem, pois, provisórios como estão vivendo há mais de um

ano, a rigor não têm do que se despedir. Abandonam. O que vier pela frente será sempre mudança” (ASSIS BRASIL, 1997, p.169). Sempre a mesma ênfase, o desamparo. É paradoxal o vislumbre de que àqueles a quem se atribui um dos momentos fundadores da fixação do homem à terra no território gaúcho se vejam, parafraseando uma expressão de Julia Kristeva, “estrangeiros de si mesmos” (v. ELMIR, 2004b).

Para mim, o projeto de analisar a açorianidade como marca identitária deste povo que vem das Ilhas aponta, pela leitura da narrativa de *Um quarto de légua em quadro*, para uma resposta relativista. O conceito-síntese desta identidade emerge da narrativa como prescrição de método e se expressa densamente na seguinte passagem do romance:

De tudo ficou a conclusão, evidente: não sou um todo monolítico. Ao contrário: dos pedaços de que sou feito por vezes escorre o cimento, desconjuntando a obra, ora pendendo-a para um lado, ora para outro. A unidade desejada, creio que não alcançarei, por mil anos que viva. Talvez por isso tenha podido passar pelo que passo, sem quebrar, simplesmente acertando-me, amoldando-me, ajustando-me ao que me acontece (ASSIS BRASIL, 1997, p.148).

O mar, elemento tantas vezes cantado por este povo de interiores tão curtos e de horizontes tão largos, serve exemplarmente de imagem-símbolo na configuração desta identidade reconhecidamente relacional, afastada de todo o essencialismo como é de se esperar dos que estão sempre em vias de partir. Nas palavras tristes do Dr. Gaspar de Fróis: “Chegava até nós o troar das ondas lavando a praia. Tudo estava esmaecendo, ao crepúsculo. As formas iam-se diluindo, tornando-se cada vez mais vagas, menos precisas, mais confundidas umas com as outras” (ASSIS BRASIL, 1997, p.164).

A narrativa de Assis Brasil propõe em inúmeras passagens e exemplos, os quais deverei discriminar em minha investigação que recém começa, sinais deste bom conceito de “identidade pela relação” que já na Grécia Antiga o texto homérico nos apresentava através da figura de Odysseus, viajante de mares menores, não obstante os longos anos que lhe custou a tortuosa e difícil chegada em casa. As odisséias modernas fazem apenas atualizar as dificuldades do caminho.

Neste texto seminal de 1976 encontram-se, por indiretas que sejam, muitas das perspectivas teórico-metodológicas relacionadas ao “étnico” assumidas contemporaneamente pelos historiadores. Assim como se deve respeitar a historicidade própria dos “objetos” cujas questões dirigimos ao passado – e a inscrição dos açorianos no passado de nossa história localiza-se certamente num tempo remoto -, também há que fazer a boa crítica das representações atuais da memória de nossos começos. Neste sentido, não é valor menor a publicação original de *Um quarto de légua em quadro* nos idos dos anos 1970, quando recém era gestada a historiografia acadêmica no Rio Grande do Sul.

Um quarto de légua em quadro (1976), para mim, confirma a tese que procurei comprovar em meu trabalho de doutorado, analisando, desta vez, os *Cães da Província* (1987); qual seja, a de que há momentos nos quais a literatura ilumina o histórico, fixando este seu caráter através de registros próprios e diferentes dos protocolos historiográficos. Se hoje nós estamos aqui para afirmar a necessidade de (re)contar a história da saga açoriana nas terras do Rio Grande, se esta história – apesar dos inúmeros, reiterados e bem-sucedidos esforços de nossos especialistas no mundo luso-brasileiro colonial - ainda está para ser feita pelos historiadores, a imaginação literária, através da pena certeira de Luiz Antônio de Assis Brasil, já cumpriu a pleno esta tarefa. O que não impede que outros escritores experimentem também a aventura de descortinar esta gente que vem do mar e de render-lhe as homenagens justas de seu melhor empenho literário.

Referências Bibliográficas:

- ARISTÓTELES. *Poética*. 2ª ed. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Um quarto de légua em quadro*. 6ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1997.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Cães da Província*. 7ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *A margem imóvel do rio*. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada*. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: UFRGS, janeiro de 2003 (Tese de Doutorado em História).
- ELMIR, Cláudio Pereira. *Um quarto de légua em quadro: a açorianidade na narrativa de Luiz Antonio de Assis Brasil*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (Projeto de Pesquisa).
- ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada*. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004a.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Porto Alegre: a perdida cidade uma (Fragmentos de modernidade e exclusão social no Sul do Brasil). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXX, n.2, p.105-119, dezembro 2004b.
- HOHLFELDT, Antônio. *Um quarto de légua em quadro*. In: ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Um quarto de légua em quadro*. 6ª ed. Porto Alegre: Movimento, 1997 (Apresentação).
- MELLO, Marcus. Desventura em série. In: *Aplauso*. Cultura em Revista n. 67, p.10-11, Porto Alegre, setembro de 2005a.
- MELLO, Marcus. Muita trama, pouco drama. In: *Aplauso*. Cultura em Revista n.68, p.42, Porto Alegre, outubro de 2005b.

